

JA Agronegócios  
Comércio e  
Distribuição de  
Produtos Veterinários  
Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Quotistas da

### JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

Franca – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento da receita

Ver notas explicativas nº 7.b e nº 22 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas notas explicativas nº 7.b e nº 22 às demonstrações financeiras, a Empresa atua no segmento de saúde animal, especificamente na comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e sua receita decorre substancialmente desta atividade. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do valor envolvido, do volume de transações e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita da Empresa.	<p>Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Empresa relacionados ao reconhecimento de receita;</li><li>(b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Empresa, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto;</li><li>(c) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.</li></ul> <p>Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

## Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo  
Contador CRC 1SP249851/O-8

## JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	9	71.613	25.026	Fornecedores	15	96.064	58.748
Contas a receber de clientes	10	111.810	88.501	Empréstimos e financiamentos	16 a)	5.746	27.540
Estoques	11	40.507	52.492	Nota comercial	16 b)	14.814	-
Imposto a recuperar	12	2.482	2.466	Instrumentos financeiros derivativos	25	-	231
Adiantamentos a fornecedores		73	-	Arrendamento	17	301	157
Outros créditos		163	100	Tributos a recolher		177	107
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>226.648</u>	<u>168.585</u>	Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	1.385	1.285
				Obrigações trabalhistas e previdenciárias		2.553	799
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>						<u>125.320</u>	<u>102.211</u>
Ativo fiscal diferido	13	5.751	4.552	<b>Não circulante</b>			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>5.751</u>	<u>4.552</u>	Empréstimos e financiamentos	16 a)	4.286	50.029
				Nota comercial	16 b)	103.155	-
Imobilizado	14	2.651	1.276	Arrendamento	17	178	235
Intangível		5	14	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>107.619</u>	<u>50.264</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>8.407</u>	<u>5.842</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>232.939</u>	<u>152.475</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo</b>		<u>235.055</u>	<u>174.427</u>	Capital social	19	2.435	435
				(Prejuízos) lucros acumulados		(319)	21.517
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>2.116</u>	<u>21.952</u>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>235.055</u>	<u>174.427</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	397.648	338.209
Custos dos produtos vendidos	23	<u>(271.179)</u>	<u>(223.785)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>126.469</u>	<u>114.424</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(98.719)	(79.155)
Provisão para perdas de crédito esperadas	23 e 25	(195)	(150)
Despesas gerais e administrativas	23	(15.093)	(11.298)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(1.642)</u>	<u>(119)</u>
		<u>(115.649)</u>	<u>(90.722)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquida e impostos</b>		<u>10.820</u>	<u>23.702</u>
Receitas financeiras	24	4.618	3.730
Despesas financeiras	24	<u>(15.369)</u>	<u>(11.606)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	24	<u>(10.751)</u>	<u>(7.876)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>69</u>	<u>15.826</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.586)	(5.743)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	<u>1.198</u>	<u>567</u>
	13	<u>(388)</u>	<u>(5.176)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>(319)</u>	<u>10.650</u>
<b>Resultado por quotas</b>			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício básico e diluído por quotas	20	(0,73)	24,48

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Resultado do exercício</b>	(319)	10.650
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>(319)</u></u>	<u><u>10.650</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>		<b>435</b>	<b>34.819</b>	<b>35.254</b>
Resultado do exercício		-	10.650	10.650
Distribuição de lucros	19 b)	-	(23.952)	(23.952)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>435</b>	<b>21.517</b>	<b>21.952</b>
Distribuição de lucros	19 b)	-	(21.517)	(21.517)
Aumento de capital social	19 a)	2.000	-	2.000
Resultado do exercício		-	(319)	(319)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.435</b>	<b>(319)</b>	<b>2.116</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Resultado do exercício</b>		(319)	10.650
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	14	535	375
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	1.586	5.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(1.198)	(567)
Juros de empréstimos e financiamentos e nota comercial provisionados, variação cambial	16 a) e b)	13.608	11.104
Juros sobre arrendamento	17	60	35
Provisão para perdas de crédito esperadas	10 e 25	195	150
Ganho ou perda com derivativos	25	(231)	82
Resultado na venda de ativo imobilizado	14	-	283
Provisão para obsolescência dos estoques	11	425	(184)
		<b>14.661</b>	<b>27.671</b>
<b>Variações dos ativos e passivos:</b>			
Contas a receber de clientes	10	(23.504)	(16.294)
Estoques	11	11.560	(11.731)
Impostos a recuperar	12	(16)	(804)
Adiantamentos a fornecedores		(73)	336
Outros créditos		(63)	(47)
Fornecedores	15	39.316	19.905
Tributos a recolher		70	44
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		1.754	416
Outras obrigações		1.052	514
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>44.757</b>	<b>20.010</b>
Juros pagos	16 a) e b)	(13.045)	(10.166)
Juros pagos de arrendamento	17	(32)	(28)
Imposto de renda e contribuição social pagos	13	(1.486)	(9.058)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>30.194</b>	<b>758</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	14	(1.554)	(258)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.554)</b>	<b>(258)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Empréstimos e financiamentos e Nota Comercial pagos (principal)	16 a) e b)	(67.230)	(26.169)
Empréstimos e financiamentos e Nota Comercial tomados	16 a) e b)	117.099	40.000
Pagamento passivo de arrendamento	17	(288)	(246)
Lucros pagos	19 b)	(31.634)	(18.447)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>		<b>17.947</b>	<b>(4.862)</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46.587</b>	<b>(4.362)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	25.026	29.388
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	71.613	25.026
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>46.587</b>	<b>(4.362)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

Em 18 de dezembro de 2017 foi constituída a JA Agronegócios Comércio e Distribuição de Produtos Veterinários Ltda. A Empresa é uma sociedade limitada e suas atividades operacionais iniciaram-se em 21 de março de 2018.

A Empresa tem como objetivo a comercialização de medicamentos para saúde animal e armazenagem de produtos e sua sede está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Tomaz Pedro do Couto, 630, bairro Polo Industrial Abilio Nogueira, na cidade de Franca, estado de São Paulo.

A Empresa possui três unidades, sendo uma no Estado de São Paulo, localizada na cidade de Franca, uma no Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Uberlândia, e uma no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Carazinho.

### 2 Base de preparação

#### **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Empresa, incluindo as mudanças, estão apresentadas nas notas explicativas nº 5 e nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7 (l) e nº 17 - prazo do arrendamento:** se a Empresa tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas nº 10 e 25 - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber:** principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Notas explicativas nº 7 (l) e nº 17 - prazo do arrendamento:** taxa de desconto para cálculo presente dos contratos de arrendamento registrada na conta de direito de uso e passivo de arrendamento;
- **Nota explicativa nº 7 (g) - Vida útil de ativo Imobilizado;**
- **Nota explicativa nº 13 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa nº 14 - Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado:** principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos ativos.

**(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25 – Instrumentos financeiros.

## 5 Mudanças nas políticas contábeis materiais

### a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Grupo. Anteriormente, a Empresa ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Grupo. A Empresa leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39/IAS 32. Os outros passivos da Empresa não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Empresa não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2023. A Empresa também não emitiu novas notas conversíveis durante o ano findo em 31 de dezembro de 2024, diante disso, a Empresa avaliou e não possui impacto nesse exercício também.

## 6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

## 7 Políticas contábeis materiais

A Empresa aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

### a. Moeda estrangeira

#### (i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

### b. Receita de contrato de cliente

A receita da Empresa deriva principalmente das vendas de medicamentos e serviços para saúde animal. As receitas decorrentes de venda de produtos, mercadorias são reconhecidas quando a entidade transfere o controle sobre o produtos e mercadorias. Os riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias, quando a entrega foi realizada, quando não existe direito de retorno e os preços são mensuráveis na data da venda, e quando é provável que sejam gerados benefícios econômicos associados à transação em favor da Empresa. Para devoluções, o passivo de reembolso e o ativo de direito de recuperar os bens devolvidos são reconhecidos. O direito de recuperar o ativo de mercadorias devolvidas é medido pelo valor contábil anterior do estoque menos quaisquer custos esperados para recuperar as mercadorias.

Os preços de venda são fixados com base em ordens de compra ou contratos.

A receita é reconhecida líquida de descontos, e impostos sobre as vendas.

A receita operacional da venda de bens e ou serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir forem atendidos: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Empresa puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Empresa receberá a contraprestação à qual tem direito.

A receita de venda de bens são derivadas, basicamente, da venda de produtos e são reconhecidas quando o controle dos bens é transferido ao cliente, ou seja, na entrega do produto ao cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma significativa incerteza de sua realização. Os valores faturados, recebidos ou não, decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro, são considerados como redutores de ativo. Já os valores recebidos e não faturados decorrentes de mercadorias a ser entregues no futuro são considerados como passivo.

Parte das vendas da Empresa são realizadas na modalidade *Cost, Insurance and Freight* (“CIF”), na qual a Empresa é responsável pelo serviço de frete para a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com o CPC 47 / IFRS15, os custos com fretes nessas modalidades devem ser consideradas como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço.

**c. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Empresa não possui outros benefícios pós-emprego.

**d. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreende:

- Juros ativos e passivos;
- Descontos obtidos;
- Variação cambial ativa e passiva; e
- Outras receitas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Empresa de receber o pagamento é estabelecido. A Empresa classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento; e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa determina que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

A Empresa determina que o imposto mínimo complementar global - que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois - é um imposto de renda no escopo do CPC 32/IAS 12. A Empresa aplica a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios no momento da transação e (i) não afete nem o lucro ou prejuízo contábil ou tributável e (ii) não dá origem a diferenças temporárias e dedutíveis iguais.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são

determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**f. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os custos serão auferidos pela Empresa. Custos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obtenha a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas médias anuais ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	50 anos
Instalações	11 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **h. Instrumentos financeiros**

### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

#### *Ativos financeiros - classificação*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados após o reconhecimento inicial, a menos que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de relatório subsequente à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é medido pelo custo amortizado se atender às duas condições abaixo e não é designado como medido pelo VJR:

- é mantida dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa relacionados apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado são classificados como valor justo por meio do resultado. Inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro que, de outra forma, atende aos requisitos de mensuração ao custo amortizado, bem como ao valor justo por meio do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

**Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

### **Instrumentos de dívida a VJORA**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em VJORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em VJORA é reclassificado para o resultado.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa detém um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro 2024 a Empresa encerrou todas as operações de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “*Swap*”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25 – Instrumentos Financeiros.

**i. Capital social**

**(i) Quotas**

As quotas são classificadas como patrimônio líquido.

**j. Redução a valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

*Instrumentos financeiros*

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- Com base em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis, a Empresa conclue que é muito improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem ter que recorrer a ações judiciais; ou
- Informações sobre pagamentos em atraso quando não for possível confiar em informações prospectivas razoáveis e sustentáveis disponíveis sem custo ou esforço indevido.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros são reconhecidas no resultado.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos para a recuperação dos valores devidos.

#### **(ii) *Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas apenas com a condição de que o valor contábil do ativo não exceda o novo valor contábil que teria sido calculado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda por redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**l. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos

iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa altera sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” no balanço patrimonial.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Empresa opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **m. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determina que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

#### **n. Informação por segmento**

Um segmento operacional é um componente da Empresa que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Empresa. A administração determinou que o

Conselho de Administração é o CODM (principal tomador de decisões operacionais). Todos os resultados operacionais são frequentemente revisados pelo CODM para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento a serem tomadas e para avaliação de seu desempenho para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Empresa não apresentou a informação por segmento conforme definido no CPC 22/IFRS 8 pois suas atividades são exercidas por meio de um único segmento operacional (farmacêutico).

As vendas da Empresa são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

**o. Lucro líquido por quotas – básico e diluído**

O lucro por quotas básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionista da Empresa e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O lucro por quotas diluído é calculado por meio da referida média das quotas em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em quotas, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

**p. Demonstrações do valor adicionado**

A Empresa está apresentando como informação complementar as demonstrações do valor adicionado - DVA, de acordo com o CPC 09.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Empresa na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Empresa quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros.

O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Empresa, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferidos à Empresa.

## **8 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

**a. IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são

obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

#### **b. Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## **9 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Caixa e bancos	8.971	2.015
Aplicação financeira	<u>62.642</u>	<u>23.011</u>
	<u><b>71.613</b></u>	<u><b>25.026</b></u>

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em aplicações CDB e em fundo de renda fixa, indexadas à variação do CDI de 101,5% a 110% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (85% a 110% em 31 de dezembro de 2023). As aplicações permitem o resgate imediato sem encargos por antecipação. O valor resgatado é equivalente ao valor aplicado adicionado dos rendimentos líquidos de impostos até o momento do resgate.

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 25.

## 10 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Cientes partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	22	1
Cientes mercado interno	112.941	86.272
Cientes mercado externo	249	3.435
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.402)	(1.207)
	<b>111.810</b>	<b>88.501</b>

A Empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

### a. Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao “Contas a receber de clientes”, está divulgada na nota explicativa nº 25.

## 11 Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	38.765	51.001
Material de embalagem	39	-
Material de uso e consumo	-	1.341
Produtos em poder de terceiros	1.665	14
Mercadoria para revenda	38	136
	<b>40.507</b>	<b>52.492</b>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de realização.

A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(752)	(568)
Reversões / Adições	425	(184)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(327)</b>	<b>(752)</b>

## **12 Impostos a recuperar**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
ICMS a recuperar	416	2.114
PIS	338	64
COFINS	1.149	282
Outros	<u>579</u>	<u>6</u>
	<u><b>2.482</b></u>	<u><b>2.466</b></u>

Os créditos de ICMS foram gerados, e não são sujeitos a atualização monetária. Até 30 de abril de 2019, a geração dos referidos créditos decorria de saídas de mercadorias com isenção nas operações dentro do estado de São Paulo, bem como nas exportações e com redução de 60% na base de cálculo nas operações interestaduais, com manutenção integral/parcial dos créditos das entradas, conforme convênio ICMS 100/97. A partir de 1º de maio de 2019, com a entrada em vigor do Decreto 64.213 de 2019, a Empresa deixou de ter direito a manutenção integral dos referidos créditos nas operações dentro do Estado de São Paulo, e passou a estornar tais valores nas apurações mensais.

### 13 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>						
Prejuízo fiscal e base negativa	1.444	-	-	-	1.444	-
Provisão para perda esperada	477	410	-	-	67	51
Provisão de comissão	1.779	1.416	-	-	363	(11)
Provisão de cut-off	2.827	2.548	-	-	279	502
Provisão para obsolescência de estoque	111	256	-	-	(145)	63
Instrumentos financeiros	-	78	-	-	(78)	27
Custos de transação empréstimos	-	-	(887)	(63)	(824)	22
Outros	-	-	-	(93)	92	(87)
	<b>6.638</b>	<b>4.708</b>	<b>(887)</b>	<b>(156)</b>	<b>1.198</b>	<b>567</b>
Compensação (*)	(887)	(156)	887	-	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>5.751</b>	<b>4.552</b>	<b>-</b>	<b>(156)</b>	<b>1.198</b>	<b>567</b>

(\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>69</u>	<u>15.826</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota fiscal combinada	(23)	(5.381)
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(687)	-
Adições/Exclusões	<u>322</u>	<u>205</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício</b>	<b><u>(388)</u></b>	<b><u>(5.176)</u></b>
Alíquota efetiva	(562%)	(33%)
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(1.586)	(5.743)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.198</u>	<u>567</u>
	<b>(388)</b>	<b>(5.176)</b>

**Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de imposto de renda e contribuição social**

	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial do ano	-	-	1.285	4.600
Provisão de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	1.586	5.743
Imposto de renda e contribuição social compensados/pagos antecipadamente	-	-	<u>(1.486)</u>	<u>(9.058)</u>
<b>Saldo final do ano</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<b><u>1.385</u></b>	<b><u>1.285</u></b>

## 14 Imobilizado

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Direito de uso	Adiantamentos a fornecedores	Total
<b>Custo:</b>										
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>32</b>	<b>916</b>	<b>6</b>	<b>48</b>	<b>410</b>	<b>88</b>	-	<b>804</b>	-	<b>2.304</b>
Adições	13	34	-	13	-	189	24	475	-	748
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(410)	-	-	-	-	(410)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>45</b>	<b>950</b>	<b>6</b>	<b>61</b>	<b>-</b>	<b>277</b>	<b>24</b>	<b>1.279</b>	<b>-</b>	<b>2.642</b>
Adições	76	47	-	7	-	301	468	347	655	1.901
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>121</b>	<b>997</b>	<b>6</b>	<b>68</b>	<b>-</b>	<b>578</b>	<b>492</b>	<b>1.626</b>	<b>655</b>	<b>4.543</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>										
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15</b>	<b>239</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>101</b>	<b>77</b>	-	<b>678</b>	-	<b>1.128</b>
Despesa de depreciação no exercício	4	93	1	5	25	17	-	220	-	365
Baixas	-	-	-	-	(127)	-	-	-	-	(127)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19</b>	<b>332</b>	<b>5</b>	<b>19</b>	<b>(1)</b>	<b>94</b>	<b>-</b>	<b>898</b>	<b>-</b>	<b>1.366</b>
Despesa de depreciação no exercício	11	96	-	6	-	132	-	281	-	526
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>30</b>	<b>428</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>(1)</b>	<b>226</b>	<b>-</b>	<b>1.179</b>	<b>-</b>	<b>1.892</b>
<b>Valor residual líquido:</b>										
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>26</b>	<b>618</b>	<b>1</b>	<b>42</b>	<b>1</b>	<b>183</b>	<b>24</b>	<b>381</b>	<b>-</b>	<b>1.276</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>91</b>	<b>569</b>	<b>1</b>	<b>43</b>	<b>1</b>	<b>352</b>	<b>492</b>	<b>447</b>	<b>655</b>	<b>2.651</b>

***Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa***

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Empresa não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

***Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de ativo imobilizado***

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Saldo inicial do ano	1.276	1.176
Adições	1.554	273
Adição / remensuração CPC 06 (R2) / IFRS 16	347	475
Baixas	-	(283)
Depreciação	(526)	(365)
<b>Saldo final do ano</b>	<b>2.651</b>	<b>1.276</b>

## **15 Fornecedores**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa nº 21)	93.425	57.539
Fornecedores mercado interno	2.639	1.209
	<b>96.064</b>	<b>58.748</b>

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 25.

## **16 Empréstimos e financiamentos e Nota comercial**

### **a. Empréstimos e financiamentos**

	<b>Moeda</b>	<b>Taxa média de juros nominal a.a</b>	<b>Pós fixada</b>	<b>Ano do vencimento</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Capital de Giro	R\$	2,56% a.a	CDI	2028	10.032	77.569
					<b>10.032</b>	<b>77.569</b>
Passivo circulante					5.746	27.540
Passivo não circulante					4.286	50.029

Os empréstimos são garantidos conforme abaixo, dependendo do tipo de operação:

<b>Tipo de operação</b>	<b>Garantia prestada</b>
Capital de Giro	Em média 27% de duplicatas do saldo principal, físicas ou escriturais, de emissão das garantidoras contra seus clientes.

## Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>77.569</b>	<b>231</b>	<b>77.800</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Empréstimos captados	-	-	-
Amortização de principal	(67.230)	-	(67.230)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(231)	(231)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(67.230)</b>	<b>(231)</b>	<b>(67.461)</b>
<b>Outras variações</b>			
Provisão de juros	5.599	-	5.599
Pagamento de juros	(5.906)	-	(5.906)
<b>Total de outras variações</b>	<b>(307)</b>	<b>-</b>	<b>(307)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>10.032</b>	<b>-</b>	<b>10.032</b>

	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>62.800</b>	<b>149</b>	<b>62.949</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>			
Empréstimos captados	40.000	-	40.000
Amortização de principal	(26.169)	-	(26.169)
Instrumentos financeiros derivativos	-	82	82
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>13.831</b>	<b>82</b>	<b>13.913</b>
<b>Outras variações</b>			
Provisão de juros	11.104	-	11.104
Pagamento de juros	(10.166)	-	(10.166)
<b>Total de outras variações</b>	<b>938</b>	<b>-</b>	<b>938</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>77.569</b>	<b>231</b>	<b>77.800</b>

### b. Nota comercial

	Moeda	Taxa média de juros nominal a.a	Pós fixada	Ano do vencimento	2024	2023
Nota comercial (i)	R\$	2,5% a.a	CDI	2029	117.969	-
					<b>117.969</b>	<b>-</b>
Passivo circulante					14.814	-
Não circulante					103.155	-

- i. Em 10 de julho de 2024, a Empresa emitiu 120.000 notas comerciais no montante total de R\$ 120.000, com vencimentos mensais a partir de 20 de julho de 2025 até 20 de junho de 2029 ao custo de CDI mais 2,5% a.a, as notas comerciais contarão com a garantia real de R\$ 36.000 de alienação fiduciária e cessão fiduciária, e garantia fidejussória adicional da fazenda dos sócios.

## Reconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes da atividade de financiamento

	Nota comercial
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	-
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	
Empréstimos captados	117.099
Amortização de principal	-
Instrumentos financeiros derivativos	-
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>117.099</b>
<b>Outras variações</b>	
Provisão de juros	7.825
Pagamento de juros	(6.955)
<b>Total de outras variações</b>	<b>870</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>117.969</b>

A Empresa está sujeita ao cumprimento de certas cláusulas contratuais (“*Covenants*”) que estabelecem o vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos. Caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento nos contratos de empréstimos e financiamentos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos (*cross-acceleration* ou *cross-default*) os empréstimos e financiamentos a eles vinculados poderão ser considerados vencidos antecipadamente pelos respectivos credores. A Empresa deve realizar a medição das cláusulas contratuais (“*Covenants*”) anualmente.

## 17 Arrendamentos

### a. Arrendamentos como arrendatários CPC 06 (R2) / IFRS 16

A Empresa arrenda Edificações. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

#### (i) Passivo de arrendamento

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>141</b>
Adição CPC 06 (R2) / IFRS 16	490
Provisão de juros	35
Pagamentos	(246)
Juros pagos	(28)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>392</b>
Circulante	157
Não circulante	235
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>392</b>
Adição CPC 06 (R2) / IFRS 16	347
Provisão de juros	60
Pagamentos	(288)
Juros pagos	(32)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>479</b>

Circulante  
Não circulante

301  
178

## **18 Provisão para processos judiciais**

A Empresa, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam a probabilidade de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de natureza trabalhista, cível, ambientais e tributária. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não havia provisões para contingências com avaliação de provável.

A Empresa possui contingência passiva fiscal em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela administração e por seus assessores jurídicos, sejam consideradas como risco de perda possível, em um valor de zero em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.551 em 31 de dezembro de 2023). A redução das perdas possíveis, refere-se ao auto de infração lavrado sob acusação da Empresa. As avaliações realizadas pela administração e seus assessores jurídicos indicavam um risco de perda considerado possível, com um valor atualizado até julho de 2024 de R\$ 17.698. Essa contingência estava relacionada a um auto de infração emitido contra a Empresa, que foi acusada de ter efetuado a saída de mercadorias com redução indevida da base de cálculo do ICMS, devido ao não cumprimento de condições estabelecidas no Decreto n. 43.080, de 13 de dezembro de 2002 (“RICMS/MG”), durante o período de 1º de julho de 2020 a 31 de outubro de 2021. Embora a Empresa tenha realmente deixado de atender à literalidade da norma (descumprindo uma obrigação formal), as chances de êxito na defesa eram consideradas possíveis.

Em março de 2024, o estado de Minas Gerais regulamentou um plano de regularização de créditos tributários, oferecendo descontos expressivos de até 90% sobre multas e juros, por meio do DECRETO Nº 48.790/2024. Em face da relevância desses descontos, a Empresa decidiu aderir ao parcelamento em parcela única, obtendo 90% de desconto sobre os juros e multas, que totalizavam R\$ 13.226 e foram reduzidos para R\$ 1.323. Além disso, foi adicionado o valor principal de R\$ 2.863 e honorários da procuradoria de R\$ 418, totalizando R\$ 4.604 para a quitação integral do auto de infração.

Assim, em 28 de setembro de 2024, a Empresa efetivou o pagamento total do auto de infração, resultando na desistência da discussão do mérito do processo no Judiciário.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Empresa entende que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Empresa tem sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2024, a provisão para contingências foi avaliada pela administração como suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 2.435 (R\$ 435 em 31 de dezembro de 2023) representado por 2.435.000 quotas, sem valor nominal, com direito a voto. (435.000 quotas ordinárias e nominativas em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, conforme 9º alteração do contrato social, a Empresa aumentou capital no valor de R\$ 2.000 com a emissão de 2.000 quotas, integralizadas na mesma data.

### b. Distribuição de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram constituídos dividendos adicionais em um valor R\$ 21.517 (R\$ 23.952 em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial do ano	10.117	4.612
Provisão de dividendos	21.517	23.952
Dividendos pagos	<u>(31.634)</u>	<u>(18.447)</u>
<b>Saldo final do ano</b>	<b>-</b>	<b>10.117</b>

## 20 Resultado por quotas

O cálculo do lucro básico por quotas foi feito com base no lucro líquido atribuído ao acionista e na média ponderada das quotas em circulação.

A Empresa não possui quotas ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em quotas ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por quotas são equivalentes.

A tabela abaixo mostra a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por quotas:

Denominador básico – Número de quotas por quotistas	2024	2023
Quotas	2.435.000	435.000
<b>Total</b>	<b><u>2.435.000</u></b>	<b><u>435.000</u></b>
(Prejuízo) Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (a)	(319)	10.650
Número médio de ações diluída (b)	<u>435.000</u>	<u>435.000</u>
<b>Resultado por ação básico e diluído (reais) (a) / (b)</b>	<b><u>(0,73)</u></b>	<b><u>24,48</u></b>

## 21 Partes relacionadas

### Controlador final

A controladora final da Empresa é a JA Saúde Animal S.A. com 100%.

### **Operação com pessoal chave da Administração**

#### *Remuneração do pessoal chave da Administração*

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa contabiliza despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R\$ 390 (R\$ 351 em 2023). Toda a remuneração trata-se de benefícios de curto prazo. O pessoal-chave da Administração são os Diretores da Empresa.

No exercício de 2024 e 2023 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

#### *Benefícios a empregados*

A Empresa fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: assistência médica, seguro de vida e vale alimentação. Em 2024 os benefícios apresentados representaram a aplicação de R\$ 253 (R\$ 157 em 2023).

#### *Garantia fornecida*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os acionistas controladores, conforme nota explicativa nº 16, forneceram garantias para os financiamentos das modalidades operacionais Capital de giro e Nota Comercial.

#### *Outras transações com partes relacionadas*

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Empresa:

	<b>Ativo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Circulante</b>				
<b>Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 10)</b>				
JA Saúde Animal S.A. (i)	22	-	19	159
Fabiani Saúde Animal Ltda.(i)	-	1	-	1
	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>160</b>
	<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Fornecedores (nota explicativa nº 15)</b>				
JA Saúde Animal S.A (ii) e (iii)	93.425	30.677	(239.477)	(173.791)
Fabiani Saúde Animal Ltda. (ii)	-	26.862	(27.596)	(122.374)
	<b>93.425</b>	<b>57.539</b>	<b>(267.073)</b>	<b>(296.165)</b>

- (i) São valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias, oriundas de transações operacionais normais, ou seja, das vendas de produtos para JA Saúde Animal S.A e Fabiani Saúde Animal Ltda..(empresa incorporada pela JA Saúde Animal S.A.em abril de 2024);
- (ii) Compras de produtos referente aos medicamentos veterinários das industrias JA Saúde Animal S.A e Fabiani Saúde Animal Ltda. (empresa incorporada pela JA Saúde Animal S.A. em abril de 2024); e
- (iii) Valores de despesas compartilhadas entre a Controladora JA Saúde Animal S.A.

## 22 Receita operacional líquida

### a. Fluxos de receitas

A Empresa gera receita pela venda de medicamentos para saúde animal. Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2024	2023
<b>Receita</b>		
Venda de produtos mercado interno	409.809	345.651
Venda de produtos mercado externo	140	4.810
	<b>409.949</b>	<b>350.461</b>
<b>(-) Deduções das vendas</b>		
(-) Imposto sobre vendas	(11.570)	(9.771)
(-) Devoluções e abatimentos	(731)	(2.481)
	<b>(12.301)</b>	<b>(12.252)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>397.648</b>	<b>338.209</b>

### (i) Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transferem o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15
<b>Medicamentos para saúde animal</b>	Os clientes obtêm controle dos medicamentos quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências do mesmo, considerando ainda a responsabilidade sobre o frete (CIF ou FOB). As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Não há nenhum desconto padrão para as vendas de medicamentos para saúde animal e também não existe nenhum programa de fidelidade que possamos identificar como uma obrigação de desempenho de modo aplicável ao CPC 47/IFRS 15.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Entretanto, realiza-se o estorno de 100% de todas notas fiscais faturadas e não entregues, baseadas nas informações de entregas das mercadorias.

## 23 Despesas por natureza

Os custos de produção foram apurados conforme o percentual da produção multiplicado pelo preço de venda praticado no período, abaixo estão apresentados o custo de produção por matéria-prima, insumos e custos de produção:

	2024	2023
Materia prima e material de uso e consumo	278.845	230.184
Despesas de depreciação e amortização	557	328
Comissões	24.172	21.617
Despesas com prestadores de serviços	46.030	38.285
Frete	11.440	9.388
Despesas com funcionários	7.015	3.023
Honorários da administração	390	351
Despesas com manutenção	640	390

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Despesas com marketing	12.857	8.967
Outras despesas, líquidas	3.240	1.855
	<u><b>385.186</b></u>	<u><b>314.388</b></u>
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(271.179)	(223.785)
Despesas com vendas	(98.719)	(79.155)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(195)	(150)
Despesas administrativas e gerais	(15.093)	(11.298)
	<u><b>(385.186)</b></u>	<u><b>(314.388)</b></u>

## 24 Resultado financeiro

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	562	228
Rendimentos de aplicações financeiras	3.688	3.465
Varição cambial ativa	368	-
Descontos obtidos	-	37
	<u><b>4.618</b></u>	<u><b>3.730</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros passivos	(13.144)	(11.014)
Juros - Arrendamento CPC 02/IFRS 16	(60)	(34)
Varição cambial passiva	-	(43)
Tarifas e despesas bancárias	(911)	(384)
I.O.F	(1)	(2)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(82)
Outras despesas financeiras	(1.253)	(47)
	<u><b>(15.369)</b></u>	<u><b>(11.606)</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(10.751)</b></u>	<u><b>(7.876)</b></u>

## 25 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil			Total Contábil	Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2
<b>31 de dezembro de 2024</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	8.971	-	8.971	-
Aplicações financeiras	9	62.642	-	-	62.642	62.642
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	-	111.973	-	111.973	-
<b>Total</b>		<b>62.642</b>	<b>120.944</b>	<b>-</b>	<b>183.586</b>	<b>62.642</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	15	-	-	96.064	96.064	96.064
Empréstimos e financiamentos	16 a)	-	-	10.032	10.032	9.918
Nota comercial	16 b)	-	-	117.969	117.969	103.496
Arrendamento	17	479	-	-	479	454
Outras obrigações		-	-	4.280	4.280	4.280
<b>Total</b>		<b>479</b>	<b>-</b>	<b>228.345</b>	<b>228.824</b>	<b>214.237</b>

	Nota	Valor contábil			Total Contábil	Valor justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 2
<b>31 de dezembro de 2023</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	2.015	-	2.015	-
Aplicações financeiras	9	23.011	-	-	23.011	23.011
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	-	88.601	-	88.601	-
<b>Total</b>		<b>23.011</b>	<b>90.616</b>	<b>-</b>	<b>113.627</b>	<b>23.011</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	15	-	-	58.748	58.748	58.748
Empréstimos e financiamentos	16 a)	-	-	77.569	77.569	84.353
Arrendamento	17	392	-	-	392	392
Instrumentos financeiros derivativos	25	231	-	-	231	231
Outras obrigações		-	-	3.227	3.227	3.227
<b>Total</b>		<b>623</b>	<b>-</b>	<b>139.544</b>	<b>140.167</b>	<b>146.951</b>

**b. Mensuração do valor justo**

O valor justo das contas a receber de clientes e demais contas a receber é estimado como sendo o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas das demonstrações financeiras que correspondem aos valores contábeis.

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**(i) Técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos**

Tipo	Técnica de avaliação	Entradas não observáveis significativas
Outros passivos financeiros (*)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado usando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável

(\*) Outros passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e Nota comercial.

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

*Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração e o Conselho têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

A Empresa usa uma abordagem similar à utilizada para títulos de dívida na avaliação da perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

#### *Derivativos*

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras para gerenciar o risco cambial de mercado nos recebimentos futuros de operação de empréstimo e também para manejar a oscilação no preço, de acordo com a necessidade de volume operacional.

#### *Clientes e outros recebíveis*

A área de crédito é responsável por estabelecer limites para todos os clientes que efetuarem transações a prazo. Os parâmetros da definição de limites de crédito são:

- (a) Informações de mercado (Serasa e *network* com outras empresas);
- (b) Análise financeira sobre as demonstrações contábeis; e
- (c) Constituição de garantias através de cédula de produtor rural (CPR), Aval, etc.

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	9	8.971	2.015
Aplicações financeiras	9	62.642	23.011
Contas a receber de clientes e outros créditos	10	111.973	88.601
<b>Total</b>		<b>183.586</b>	<b>113.627</b>

### *Perdas por redução no valor recuperável*

A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2024	2023
<b>A vencer:</b>	<b>108.703</b>	<b>84.937</b>
Vencidas:		
Até 30 dias	2.408	2.660
De 31 a 60 dias	295	431
De 61 a 90 dias	160	304
De 91 a 120 dias	184	402
De 121 a 150 dias	132	279
De 151 a 180 dias	611	-
Acima de 180 dias	719	695
	<b>4.509</b>	<b>4.771</b>
(-) Provisão para perdas esperadas	(1.402)	(1.207)
	<b>111.810</b>	<b>88.501</b>

As mudanças na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(1.207)</b>	<b>(1.057)</b>
(Provisão) reversão para <i>impairment</i> de contas a receber	(195)	(150)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.402)</b>	<b>(1.207)</b>

A Empresa adota a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente, considerando as garantias existentes.

A constituição e a reversão da provisão para contas a receber ("*impairment*") foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas" (Nota explicativa nº 23). Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa altamente negociáveis em um montante superior as saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Empresa gerencia suas entradas e saídas de caixa em bases mensais, trimestrais e anual. A análise mensal é realizada projetando-se as entradas e saídas de caixa numa base diária.

Os quotistas da Empresa tem compromisso formal de atender as necessidades de caixa da Empresa até o término total do projeto, bem como o de suprir recursos para atender as necessidades de caixa da planta em operação.

#### *Exposição ao risco de liquidez*

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2024	2023
Fornecedores	15	96.064	58.748
Empréstimos e financiamentos	16 a)	10.032	77.569
Nota comercial	16 b)	117.969	-
Arrendamento	17	479	392
Outras obrigações		4.280	3.227
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	231
<b>Total</b>		<b>228.824</b>	<b>140.167</b>
Passivo circulante		121.205	89.903
Passivo não circulante		107.619	50.264

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros, estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 2 Anos</b>	<b>2 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>31 de dezembro de 2024</b>							
Fornecedores	96.064	96.064	96.064	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	10.032	11.356	6.797	4.559	-	-	-
Nota comercial	117.969	118.659	15.504	28.155	30.000	30.000	15.000
Arrendamento	479	520	335	185	-	-	-
Outras obrigações	4.280	4.280	4.280	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>228.824</b>	<b>230.664</b>	<b>122.874</b>	<b>32.790</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>	<b>15.000</b>

	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 2 Anos</b>	<b>2 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
<b>31 de dezembro de 2023</b>							
Fornecedores	58.748	58.748	58.748	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	77.569	97.182	36.319	26.029	20.825	10.166	3.843
Instrumentos financeiros derivativos	231	231	231	-	-	-	-
Arrendamento	392	524	219	229	76	-	-
Outras obrigações	3.227	3.227	3.227	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>140.167</b>	<b>159.912</b>	<b>98.744</b>	<b>26.258</b>	<b>20.901</b>	<b>10.166</b>	<b>3.843</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Empresa possa ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Empresa utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

### Exposição a riscos cambiais

A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os derivativos, compras e empréstimos são denominados, e a moeda funcional da Empresa. A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$).

	2024			2023		
	Ptax	R\$	USD	Ptax	R\$	USD
<b>Passivos financeiros</b>						
Cientes	6,19	249	40	4,84	3.435	710
<b>Exposição líquida</b>		<b>249</b>	<b>40</b>		<b>3.435</b>	<b>710</b>

### Análise de sensibilidade - Risco de moeda

A Empresa efetua uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício à variação monetária do dólar de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% e 50% de elevação nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 25% e 50% de redução nas taxas. Separamos os efeitos em elevação e redução nas taxas conforme as tabelas a seguir:

	Moeda	Câmbio	R\$ Provável	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
				Elevação em R\$		Redução em R\$			
				25%	50%	25%	50%		
<b>31 de dezembro de 2024</b>									
<b>Ativos financeiros</b>									
Cientes	USD	6,19	249	62	125	(62)	(125)		
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>			<b>249</b>	<b>62</b>	<b>125</b>	<b>(62)</b>	<b>(125)</b>		

Fontes: a informação Dolar foi extraído da base do Banco Central, na data-base do último dia útil de dezembro de 2024.

	Moeda	Câmbio	R\$ Provável	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
				Elevação em R\$		Redução em R\$			
				25%	50%	25%	50%		
<b>31 de dezembro de 2023</b>									
<b>Ativos financeiros</b>									
Cientes	USD	4,84	3.435	859	1.718	(859)	(1.718)		
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>			<b>3.485</b>	<b>859</b>	<b>1.718</b>	<b>(859)</b>	<b>(1.718)</b>		

Fontes: a informação Dolar foi extraído da base do Banco Central, na data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

### *Risco de taxa de juros*

A Empresa possui empréstimos com partes relacionadas que não são corrigidos por variação monetária, variação cambial e/ou juro (pré ou pós fixados). As aplicações financeiras da Empresa estão indexadas ao CDI.

### *Exposição ao risco de taxa de juros*

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Empresa era:

	<b>Nota</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo financeiro</b>			
Aplicações financeiras	9	62.642	23.011
<b>Passivo financeiro</b>			
Empréstimos e financiamentos	16 a)	(10.032)	(77.569)
Nota comercial	16 b)	(117.969)	-

### *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável*

Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do período de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas*

Instrumentos	Nota	Exposição em 2024	Risco	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>									
Aplicações financeiras	10	62.642	CDI	12,15%	7.611	15,19%	9.514	18,23%	11.417
<b>Passivos financeiros</b>									
Capital de Giro	16 a)	(10.032)	CDI	12,15%	(1.219)	15,19%	(1.524)	18,23%	(1.828)
Nota Comercial	16 b)	(117.969)	CDI	12,15%	(14.333)	15,19%	(17.917)	18,23%	(21.500)
					(7.941)		(9.927)		(11.911)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							(1.986)		(3.970)

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2024.

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas*

Instrumentos	Nota	Exposição em 2024	Risco	Cenários					
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>									
Aplicações financeiras	10	62.642	CDI	12,15%	7.611	9,11%	5.708	6,08%	3.806
<b>Passivos financeiros</b>									
Capital de Giro	16	(10.032)	CDI	12,15%	(1.219)	9,11%	(914)	6,08%	(609)
Nota Comercial		(117.969)	CDI	12,15%	(14.333)	9,11%	(10.750)	6,08%	(7.167)
					(7.941)		(5.956)		(3.969)
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							1.986		3.970

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2024.

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas*

Instrumentos	Nota	Exposição em 2023	Risco	Cenários						
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	10	23.011	CDI	13,04%	3.000	16,30%	3.751	19,56%	4.501	
<b>Passivos financeiros</b>										
Capital de Giro	16	(77.569)	CDI	13,04%	(10.114)	16,30%	(12.643)	19,56%	(15.171)	
					<u>(7.114)</u>		<u>(8.892)</u>		<u>(10.670)</u>	
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							<u>(1.778)</u>		<u>(3.556)</u>	

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

*Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – depreciação das taxas*

Instrumentos	Nota	Exposição em 2023	Risco	Cenários						
				Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	
<b>Ativos financeiros</b>										
Aplicações financeiras	10	23.011	CDI	13,04%	3.000	9,78%	2.250	6,52%	1.500	
<b>Passivos financeiros</b>										
Capital de Giro	16	(77.569)	CDI	13,04%	(10.114)	9,78%	(7.586)	6,52%	(5.057)	
					<u>(7.114)</u>		<u>(5.336)</u>		<u>(3.557)</u>	
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>							<u>1.778</u>		<u>3.557</u>	

Fontes: a informação CDI foi extraída da base da CETIP na data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

A Empresa possui operações que podem ser impactadas pela variação de moedas estrangeiras.

A Empresa gerencia esse risco através de instrumentos financeiros derivativos, que procura minimizar a variação entre o dólar americano e o real. São operações de “put”, de curto prazo e estão mensurados para atender as necessidades reais desses recursos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa encerrou todas as operações de instrumentos financeiros derivativos.

As posições das notas de negociações, na modalidade “Swap” em aberto em 31 de dezembro de 2023, por vencimento, bem como as taxas médias ponderadas e o valor justo, são demonstrados a seguir:

<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>Notional USD</b>	<b>Prazo</b>	<b>2023</b>
<b>Tipo da operação</b>			
<i>Swap</i>	10.000	16/11/2026	<u>(231)</u>
			<u>(231)</u>
<b>Resultado com instrumentos financeiros derivativos</b>			
Instrumentos financeiros derivativos realizado			-
Instrumentos financeiros derivativos não realizado			149
			<u>231</u>
(-) IR/CS Diferido			<u>79</u>
Efeito líquido no resultado			<u>(152)</u>

\* \* \*

**Composição Diretoria**

Jose Abdo de Andrade Hellu  
Presidente

Heitor Dias Caetano  
Diretor Financeiro

Suellen Cristina Silva  
Contadora - CRC/SP- 314900/O-3